

## **PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 59/XIV/1.<sup>a</sup>**

### **Por uma política integrada para a infância e a família**

A infância assume relevo em Portugal, como um desígnio político, e deve ser contextualizada em toda a sua amplitude. Desde logo, deparamo-nos com os problemas da baixa natalidade que coloca em risco o futuro de todos nós.

Embora a decisão de ter filhos seja do foro pessoal, cabe ao Estado criar condições que favoreçam esta decisão e que permitam que as famílias se sintam amparadas para a assunção de tão grande responsabilidade.

A criação de um contexto propício relaciona-se com três dimensões essenciais de proteção e cooperação.

Desde logo as políticas de apoio à família no que se refere a licenças de parentalidade, subsídios à infância e tempos de proteção da família.

Num segundo nível a garantia de acesso à educação que possa garantir a guarda e o apoio à vida profissional de ambos os progenitores, mas que se constitua também como um garante da igualdade de direitos de desenvolvimento emocional, cognitivo e social de cada criança.

E, finalmente, a criação de um relacionamento com as empresas que de forma responsável cooperem na criação de emprego com garantias, igualdade e atitude facilitadora de um saudável e produtivo equilíbrio entre a vida familiar e a atividade profissional.

A ótica sectorial meramente previdencial, assistencialista e reativa que caracterizou as políticas orientadas para a primeira infância tem de dar lugar a uma visão estratégica e integrada da infância com impacto nas políticas sociais de natalidade, de parentalidade, de família, de trabalho, de saúde e de educação.

Uma política integrada e coerente de Infância deve ser assumida como um investimento de grande retorno social e económico futuro.

Portugal está a mudar atitudes e comportamentos, os valores culturais tradicionais estão a ser substituídos por outros, sem que isso corresponda sempre à concretização dos desejos dos jovens e dos casais.

Fatores como a idade média do casamento e a idade da mãe quando do nascimento do 1º filho, o divórcio e a conjugalidade, a educação das crianças, a igualdade homem-mulher, revelam as alterações drásticas operadas ao nível da instituição familiar, da fecundidade da mulher e da nupcialidade da nossa população.

As novas realidades têm de estar presentes na formulação das políticas públicas de Promoção da Natalidade.

Da parte do Estado e da Administração Pública tem havido atenção contínua a esta situação e têm sido tomadas medidas de política. No entanto, é evidente para todos que elas não só têm sido insuficientes, como têm sido desconexas e, por vezes, dão aos cidadãos sinais contraditórios, ora de valorização ora de desvalorização da natalidade.

Os maiores custos são os de um país sem crianças.

Em vez de estarmos apenas focados nos custos de uma política de promoção da Natalidade, devemos estar, hoje, particularmente focados nos custos imensos dos não nascimentos, da não-renovação das gerações, da não sustentabilidade do país.

É preciso que Portugal invista neste novo rumo da Promoção da Natalidade, em nome da sustentabilidade e da renovação da vida. Sem crianças o país é insustentável, em termos de crescimento económico, segurança social e de Estado Social.

Os países com melhores taxas de natalidade são os países que mais investem no apoio às famílias.

O envelhecimento da população portuguesa, o declínio da taxa de fertilidade, o aumento da proporção de crianças a viver no seio de famílias monoparentais, a elevada taxa de mulheres a trabalhar em idade fértil, a rigidez dos horários de trabalho, a quase inexistência de empregos em regime de tempo parcial, os elevados custos de frequência das creches dificultam a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Perante esta situação demográfica em que a natalidade é baixa, o envelhecimento é, felizmente, cada vez maior, e que os fluxos migratórios são instáveis, impõe-se uma política transversal para a infância e para as famílias que não se compadece com medidas avulsas.

Estas, por muito meritórias que sejam, resultam, as mais das vezes, em impulsos determinados pelas notícias do dia, pelo caso que suscita a emoção/comoção dos cidadãos, mas que não resolve o problema de fundo, porque não é global, não sopesa os diversos fatores em causa, não é estruturante de uma política demográfica digna do nome.

Os diagnósticos são muitos e sobre variados problemas condicionantes da demografia e têm sido suscitados pelas diversas bancadas com representação parlamentar, mas sofrem da limitação natural de serem parciais na análise, pontuais na solução apontada.

É, por isso, altura de ser mais abrangente, ter uma visão global do problema e apontar caminhos também eles globais e capazes de inverter o declínio demográfico em que nos encontramos e que condiciona, ao fim e ao cabo, todas as políticas setoriais.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem promovido uma discussão alargada sobre este tema, tem estudado o mesmo com muitos e reputados especialistas de diversas áreas, e tem um pensamento estruturado sobre este tema cuja relevância se pode traduzir na nossa sobrevivência enquanto país democrático, inclusivo, solidário, mas, também, viável e, por isso, independente.

Para que a política a definir seja transversal, partilhada e passível de ser implementada é indispensável que tenha a participação e comprometimento de todos os cidadãos.

Por isso, entendemos essencial que em sede de concertação social seja obtido um acordo verdadeiramente consensualizado sobre as alterações legislativas e práticas sociais a adotar para alcançar o objetivo pretendido: uma sociedade mais justa, mais amiga das famílias e favorável ao crescimento demográfico, sustentada numa economia mais saudável.

Desta discussão são indissociáveis temas como a pobreza e a exclusão social, os benefícios e equipamentos sociais, o equilíbrio ao nível da parentalidade, a educação, as regras e práticas laborais, da igualdade salarial ao horário de trabalho, passando pela tipologia de trabalho, como o trabalho a tempo parcial ou o trabalho em casa, os equilíbrios entre a vida familiar e profissional.

Mais, para além da Concertação Social, entendemos essencial que as instituições da economia social, que têm trabalho no terreno, algumas há mais de 500 anos, sejam ouvidas e as suas recomendações possam ser tidas em consideração.

Para governar importa saber o que se quer e como se quer, mas para melhor governar e sustentar uma decisão é tão ou mais importante considerar o saber de quem, no dia a dia, vive as situações difíceis como as da nossa demografia e tem soluções pensadas e consolidadas na sua prática quotidiana.

Nestes termos, e nos mais de direito legal e regimental, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata recomendam ao Governo que:

1 – Promova um debate alargado em sede de concertação social e com as entidades da economia social sobre a política social que para além da política de rendimentos se estenda às questões demográficas, aos apoios e equipamentos para a infância e famílias, às relações laborais na perspetiva do seu equilíbrio com a vida familiar, e aos apoios financeiros, técnicos e logísticos da segurança social;

2 – Que o debate seja convertido em acordo firmado entre o Governo, os parceiros sociais e as entidades da economia social que defina como e quando serão introduzidas as medidas acordadas ao nível legislativo mas, também, ao nível das práticas e investimentos.

Palácio de S. Bento, 14 de novembro de 2019

Os Deputados,